DIREITOS HUMANOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: OS IMPACTOS AMBIENTAIS À LUZ DA JUSTIÇA CLIMÁTIC

Autor(res)

Eliomar Silva Albernaz
Livia Cristina Lemos Rocha
Joás Alves Da Cruz

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

As alterações climáticas constituem uma ameaça concreta à concretização de direitos humanos fundamentais, notadamente o direito à vida, à saúde, à moradia e à alimentação.Tais efeitos ambientais como o aquecimento global, a elevação do nível dos oceanos e a desertificação agravam vulnerabilidades preexistentes e intensificam desigualdades sociais e econômicas, sobretudo em países periféricos. Neste cenário, o princípio da justiça climática emerge como instrumento normativo e ético, exigindo a distribuição equitativa dos ônus e bônus decorrentes da transição ecológica. A presente investigação propõe-se a examinar, sob a ótica jurídica, as implicações das mudanças climáticas sobre os direitos humanos e a necessidade de uma abordagem baseada em justiça ambiental e equidade.

Objetivo

Investigar juridicamente a correlação entre os impactos das mudanças climáticas e a efetivação dos direitos humanos, com ênfase no princípio da justiça climática como fundamento para políticas públicas inclusivas e mitigadoras das desigualdades socioambiental.

Material e Métodos

Trata-se de pesquisa de natureza teórico-doutrinária, com abordagem qualitativa, estruturada a partir da análise bibliográfica e documental. Foram examinados tratados internacionais como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e a Declaração Universal dos Direitos Humanos , legislações internas e decisões judiciais paradigmáticas. Também foram utilizados dados empíricos de organismos internacionais ,como o IPCC e o ACNUR, que apontam os efeitos desproporcionais das mudanças climáticas sobre populações vulnerabilizadas. O referencial teórico fundamenta-se em autores do campo do Direito Ambiental e dos Direitos Humanos, bem como na teoria da justiça distributiva, possibilitando uma leitura crítica e interdisciplinar da realidade sócio jurídica

Resultados e Discussão

A análise jurídica revela que os efeitos adversos das mudanças climáticas configuram verdadeiras violações aos direitos humanos, afetando de forma mais severa comunidades tradicionais, povos originários e populações economicamente marginalizadas. Observa-se uma insuficiência das políticas públicas nacionais no enfrentamento eficaz dessas
desigualdades, o que compromete a efetividade dos direitos fundamentais. A justiça
climática, enquanto princípio estruturante, impõe a obrigação de considerar critérios de
equidade intergeracional e distributiva nas decisões estatais. Ademais, a crescente
judicialização de controvérsias climáticas, por meio da litigância estratégica, tem se
mostrado instrumento relevante para a responsabilização de entes públicos e privados.Ainda assim, persiste a necessidade de fortalecimento institucional, legislativo e participativo para assegurar a implementação efetiva desses direito

Conclusão

A crise climática exige respostas jurídicas integradas que assegurem os direitos humanos e promovam justiça climática. Incorporar esse princípio ao ordenamento jurídico é essencial para políticas públicas justas, participativas e voltadas à dignidade humana, tornando o Direito protagonista na construção de um modelo socioambiental responsável e equitativo diante das mudanças climáticas.

Referências

ACNUR. Mudanças Climáticas e Deslocamento Forçado. Genebra: 2022.
IPCC. Relatório Especial sobre Mudança Climática e Terra. Genebra: 2019.MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 24. ed. São Paulo:
Malheiros, 2021.ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: 1948.